

## A Esfinge que nos devora: os desafios da esquerda brasileira

Mauro Luis Iasi<sup>1</sup>

O grande desafio da esquerda brasileira é que nos encontramos diante de um duplo problema: ao mesmo tempo devemos enfrentar uma difícil conjuntura na qual um governo usurpador impõe profundas derrotas à classe trabalhadora em uma ofensiva contra os direitos mais elementares; ao mesmo tempo em que estamos diante do esgotamento de um ciclo no qual predominou uma estratégia que agora se esgota.

A natureza do dilema nos impõe a capacidade de dar respostas às ofensivas reacionárias, ao mesmo tempo em que empreendemos a difícil tarefa de realizar um acerto de contas com a estratégia que conduziu a classe trabalhadora até o presente impasse.

Os termos que configuram o atual quadro conjuntural no Brasil podem ser assim definidos: a) estamos em uma profunda crise econômica que corroeu as bases da conciliação de classes que até então predominava nos termos de uma democracia de cooptação (Fernandes, 1976; Iasi, 2012); b) a crise econômica se expressa em uma grave crise política onde se verifica uma profunda luta entre as facções que compõem a classe dominante sobre qual a alternativa futura, ainda que encontrem sua unidade nas contrarreformas impostas aos trabalhadores e à sociedade em nome do grande capital; c) a crise econômica e a crise política não se manifestaram, ainda, em uma crise do Estado Burguês (Poulantzas, 1977), o que implica que os instrumentos de dominação e legitimação da ordem burguesa seguem eficientemente garantindo a ordem; d) o quadro se completa com uma ofensiva conservadora na sociedade, com graves traços fascizantes, tais como a intolerância religiosa, o irracionalismo, o anticomunismo, o nacionalismo vazio de elementos minimamente progressistas, a homofobia, o machismo

---

<sup>1</sup> Docente da Escola de Serviço Social da UFRJ, pesquisador do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas), membro do CC do PCB e do CC de marxismo21.

e outras manifestações que capturam para uma lógica reacionária o descontentamento com as instituições democráticas burguesas.

Neste cenário a esquerda, em um sentido amplo, sofre profunda estigmatização ao ser diluída na caracterização genérica do “petismo”, mesmo aquelas forças políticas que se distanciaram da experiência de governo de conciliação de classes e fizeram oposição à esquerda no último período. A derrota do petismo e da esquerda abre espaço para a ofensiva do grande capital contra os trabalhadores. A resistência da classe trabalhadora, comprovada pelo aumento do número de greves e pela tentativa de duas greves gerais, fica prejudicada pela falta de unidade nos enfrentamentos decisivos e em torno de um programa comum. Enquanto a classe dominante disputa intensamente o sentido das mudanças que devem se impor, mas se une em torno das medidas imediatas, a classe trabalhadora parece demonstrar uma incapacidade de se unir quanto aos rumos a seguir no médio prazo e isso acaba por impedir sua necessária unidade no enfrentamento das medidas impostas pelas classes dominantes.

Acreditamos que as disputas políticas conjunturais se agrupam nos seguintes blocos:

No bloco dominante existem três subgrupos que encontram sua unidade na imposição das contrarreformas, mas que divergem quanto aos rumos e a forma política que deve prevalecer na sequência dos acontecimentos. Em primeiro, há aqueles que conformam o atual bloco de governo e esperam que as medidas produzam resultado a tempo hábil de se expressar em uma alternativa eleitoral para 2018, se possível preservando os atuais partidos da ordem que operaram e sustentam o golpe parlamentar-institucional; o segundo subgrupo também apoia o governo usurpador e as contrarreformas, mas busca se apresentar como autônomo para se livrar do desgaste inevitável do atual (des)governo, pensa em se apresentar como alternativa além das

atuais formas políticas e dos grandes partidos através de candidatos e siglas que apresentem um perfil “técnico” ou “não político”; o terceiro subgrupo é a extrema direita que foi potencializada como instrumento útil dos golpistas no *front* ideológico, mas que se torna incômoda por sua virulência e irracionalismo. Contudo, a extrema direita se mostra viável como alternativa eleitoral e encontra base, não apenas entre as forças de sustentação do governo golpista, mas também bases sociais.

O centro se apresenta através da possibilidade, diante da crise econômica e política, de retomar a conciliação de classes nos mesmos moldes de uma “democracia de cooptação”. Se, por um lado, as bases de tal alternativa política se esgarçaram com a crise e o acirramento da luta de classes, inclusive com o crescimento de uma clara posição de extrema direita, diminuem as chances deste cenário, a densidade eleitoral de Lula torna esta possibilidade exequível. O dilema desta posição é, que para enfrentar a alternativa da direita e da extrema direita, o centro precisa reunificar sua base social entre os trabalhadores, ao mesmo tempo que, para implementar as condições de governabilidade, precisa atrair de volta os setores das classes dominantes que bandearam para o golpismo. No centro desta difícil operação política estão as contrarreformas; isto é, para o sucesso das alianças necessárias para viabilizar a posição centrista, seria necessário o compromisso em manter, no essencial, as medidas contra os trabalhadores, mas para atrair o perfil popular à candidatura do centro é necessário o compromisso em reverter os ataques.

Já vimos como isto é possível em contextos recentes: a campanha de Dilma apresentando a proposta que não jogaria o peso da crise sobre os trabalhadores e seu governo uma vez eleita impondo as reformas, assim como a tentativa desesperada em se manter aceitando os termos da chamada “agenda Brasil” de Renan Calheiros e Sarney, que em síntese, são os eixos principais das contrarreformas (reforma da previdência,

flexibilização das leis trabalhistas, afrouxamento das exigências ecológicas, maior intensidade nas privatizações e concessões, cumprimento do equilíbrio financeiro através da política de superávits primários, código florestal, código da mineração etc.).

O segundo problema da posição centrista é que se apoia quase que exclusivamente na personalidade carismática de Lula que pode, por meios jurídicos, ter sua candidatura inviabilizada.

A esquerda tem aí seu grande desafio. Primeiro a necessidade de se apresentar como uma alternativa evitando que o centro ocupe sem distinções este espaço. O PT tem todo o direito de apresentar uma posição de centro no espectro político brasileiro, tem o protagonismo e a experiência para isso, tem, ainda, o direito de tentar apresentar tal posição como se fosse de centro-esquerda. Por último, tem ainda um trunfo político que é a candidatura de Lula e sua potencialidade. Não cabe à esquerda tentar que o centro se comporte de outra forma que não aquele que tem demonstrado até então, isto é, buscando como única forma de sobrevivência a aliança com setores dominantes, inclusive parte daqueles que promoveram a destituição da ex-presidente.

A obrigação política da esquerda é se apresentar como alternativa que se diferencie, tanto da direita e da extrema direita, como do centro. Independente das alianças táticas necessárias para o enfrentamento contra golpismo e suas contrarreformas, a esquerda tem a obrigação de apresentar sua visão sobre os rumos imediatos e futuros do Brasil.

É neste ponto que a ação tática é inseparável da necessária avaliação dos equívocos de uma estratégia que se esgotou, uma vez que não se trata de apenas um problema conjuntural no caminho de uma estratégia em si mesma correta, mas de consequências esperadas no desenvolvimento de uma proposta que compreendeu incorretamente a sociedade brasileira, a dinâmica da luta de classes, o caráter e a forma

de ação dos inimigos e adversários e, principalmente o caráter de classe do Estado brasileiro.

A nosso ver esta posição se estrutura a partir das seguintes constatações: a) o ciclo de conciliação de classe se esgotou e foi o principal responsável pela situação difícil em que a classe trabalhadora se encontra, uma vez que a desarmou política e organizativamente para o enfrentamento necessário; b) não há condições de se remendar o pacto de classes, seja principalmente porque não devemos fazê-lo, mas também porque as classes dominantes romperam com o pacto e não parecem estar dispostas a remendá-lo; c) a luta de classes no Brasil coloca, pela gravidade da crise econômica e pela falência da forma política, frente a frente dois projetos políticos antagônicos: i) aquele que interessa ao grande capital e seus aliados e que impõe às classes trabalhadoras a precarização das condições de trabalho, o rebaixamento de salários, o estrangulamento das políticas públicas; ii) e um projeto político que se fundamente na desmercantilização da vida, na garantia das condições de trabalho e vida, de organização da economia pra atender aos interesses da maioria da população; d) este projeto parte da constatação que é a forma capitalista e os interesses dos grandes monopólios que ao mercantilizar a vida e colocá-la a serviço da valorização do capital que determina os diferentes problemas que a maioria da população enfrenta, desde a precarização de serviços fundamentais, como educação, saúde, saneamento e outros, até o acesso à terra, a produção e distribuição de alimentos, os transportes, a segurança, a moradia etc.; e) que a crise explicitou a falência da forma política própria da “democracia representativa”, constrangida pelo poder econômico, pela promiscua relação entre o poder público e o grande capital, assim como a convivência dos poderes judiciários e da grande mídia, exigindo novas formas políticas, valorizando a democracia direta e as formas de expressar os interesses dos diferentes segmentos das

massas trabalhadoras sem o filtro das instituições que transformam a vontade da burguesia e seus aliados em “vontade geral”.

Debilidade pela crise e pelo longo período de democracia de cooptação, é natural que a esquerda se encontre em posição muito difícil para apresentar sua alternativa. Temos, também à esquerda uma profunda divisão que pode ser assim apresentada.

Um primeiro subgrupo é formado pela esquerda com representação parlamentar e que, partindo do diagnóstico dos desvios do petismo como desvios políticos/morais, espera rerepresentar a estratégia democrática popular em outros termos, ainda se mantendo no campo de uma disputa institucional que proporcionaria um acúmulo de forças para se chegar à governos populares.

Um segundo bloco, mais disperso e sem força eleitoral consistente, que é formado por organizações políticas, pequenos grupos, movimentos sociais, coletivos de trabalhadores, que estão na base das resistências cotidianas, profundamente críticos à ocupação de espaços institucionais e que optaram pela construção de uma contra-hegemonia na base da classe trabalhadora com vistas a criar uma alternativa revolucionária, não deixando de participar taticamente das disputas eleitorais; e um terceiro subgrupo que se diferencia pela negação de qualquer participação nos espaços de disputa eleitoral apostando nas ações diretas da classe, por exemplo, as manifestações, greves e confrontos.

O que unifica este campo tão heterogêneo é a resistência às medidas contra a classe trabalhadora (seja agora do governo golpista, como antes do governo de coalizão de classes), e uma caracterização da luta como anticapitalista. Cruzam, horizontalmente, estes diversos subgrupos, movimentos sociais e populares, sindicatos, organizações de base dos trabalhadores. Mesmo em seu conjunto representam uma pequena parcela da

classe trabalhadora, ainda que seja uma parcela atuante, organizada e que se mobiliza na medida de suas possibilidades contra o ataque aos trabalhadores.

Uma parcela considerável e majoritária das organizações e instituições dos trabalhadores está capturadas pelo centro e pela direita, assim como segmentos das massas que se submetem à direção de organizações religiosas/políticas comprometidas com a pauta e o programa de direita e da extrema direita.

Tudo isso delimita o espaço político da apresentação de uma proposta de esquerda; no entanto, por isso mesmo ela se torna tão necessária e urgente em nossa conjuntura. Em primeiro lugar para se contrapor à ofensiva ideológica da direita e da extrema direita, mas também para evitar que o centro, ou centro-esquerda, se apresente como alternativa de esquerda atraindo, mais uma vez os trabalhadores ao pântano da conciliação.

É neste ponto que o acerto de contas estratégico se cruza com os impasses no cenário conjuntural mais imediato. Enquanto a esquerda petista cobra internamente uma avaliação mais profunda dos desvios que levaram à derrota de 2016, a maioria da direção do PT parece convencida que não é necessária qualquer correção ou autocrítica, tentando reproduzir os caminhos que os levaram com sucesso à presidência da república e a três mandatos e meio. Parte da esquerda fora do PT critica os rumos da política petista, mas acredita que pode manter o desenho geral da estratégia para o próximo período.

Tal postura acaba por definir o vigor da resistência contra os atuais ataques contra os trabalhadores, uma vez que enquanto houver expectativa de retomar o rumo do acúmulo de forças no contexto de um Estado de Direito, se torna desaconselhável qualquer radicalização que pudesse interromper de vez o processo que leva ao almejado gradualismo. Uma vez que aqueles que compreendem os limites da atual ordem

institucional e apostam em alternativas revolucionárias não têm força suficiente para implementar ações neste sentido, se estabelece um impasse que favorece, num primeiro momento, o gradualismo.

Dois aspectos devem ser considerados por aqueles que pensam uma alternativa à esquerda no Brasil. Em primeiro lugar a profundidade da crise econômica e em segundo o fato de que tal crise e sua consequente crise política não chegou às condições de temperatura e pressão que poderia levar a uma crise do Estado.

Não estamos diante de uma mera crise conjuntural do capital, isto é, desequilíbrios que podem ser corrigidos por medidas de austeridade ou de reorientação em qualquer sentido distributivista ou na vaga e imprecisa intensão desenvolvimentista.

Trata-se de uma crise cíclica clássica que assume a forma de uma crise estrutural (Mészáros, 2002) que, portanto, se associa a uma superprodução e superacumulação de capitais, radicais alterações na composição orgânica e consequentemente na queda das taxas de lucro, obrigando ao capital operar de forma radical aquilo que Marx (1917) denominou de contratendências, isto é: a) intensificar a exploração, ampliando as formas de extração de mais valor; b) rebaixamento de salários; c) aumento da superpopulação relativa; c) barateamento do custo do capital constante; d) ampliação de mercados; e) autonomização da esfera bancária, capital portador de juros. Devemos agregar outra contratendência que foi teorizada por Lenin (1916) que é a exportação de capitais e a constante partilha e repartilha do mundo em áreas de influência, ou seja, o imperialismo e a guerra.

O capitalismo é hoje um modo de produção mundial e sua crise é igualmente internacional, ainda que os processos amadureçam com certa autonomia pelas dinâmicas econômicas, políticas e da luta de classes local, trata-se de uma crise global



do modo de produção capitalista. Vemos a cada dia a implementação destas medidas, ideologicamente disfarçadas de “ajustes” ou de “austeridade”.

O que se deve destacar é que o sujeito destas medidas é o Estado. O Estado burguês tem por função precípua a garantia das condições que permitam a valorização do capital. Aqui a ilusão de compreender o Estado como uma mera máquina política cuja intencionalidade seria determinada pela correlação de forças ou pela natureza das forças políticas que ocupam momentaneamente este ou aquele governo é um profundo erro que leva à graves consequências. O Estado burguês operará as medidas necessárias à saúde da acumulação independente das forças políticas que o dirijam, como se comprovou cabalmente no governo trabalhista inglês, no governo Obama, no governo do Syriza na Grécia e nos governos petistas no Brasil.

Isto significa afirmar que as medidas podem ser impostas de forma brutal, como no governo usurpador de Temer que prescinde de legitimidade, ou por uma alternativa de extrema direita ou de direita que venha a se credenciar nas eleições, ou ser implantada com mediações e nuances por um governo de conciliação de classes, como no caso do último governo Dilma, ou mesmo de um governo popular de centro esquerda que peça um voto de confiança para os trabalhadores para impor o remédio amargo dos “ajustes estruturais” para vender a longo prazo o sonho de inserção na sociedade de consumo quando a economia voltar a crescer.

Na política as nuances são importantes e é indiscutível que o centrismo pequeno burguês dos governos petistas é distinto tanto do usurpador de plantão como de alternativas de extrema direita que tentam se credenciar. Entretanto, acreditamos que não é papel da esquerda escolher qual é a melhor forma de impor as contratendências que salvem as taxas de lucro e a acumulação capitalista à custa da exploração da classe trabalhadora.

Mesmo com poucas chances de vitória é fundamental que uma frente de esquerda apresente claramente um programa que se contraponha a lógica do ajuste e apresente uma clara crítica às determinações capitalistas que fundamentam não apenas a crise, mas os limites evidentes da sociabilidade do capital mesmo quando cresce.

Os setores de esquerda que ainda estão submetidos a hegemonia da pequena política centrista, e que priorizam a defesa contra a extrema direita e a direita, teriam o dever de negociar firmemente compromissos com o centro, arrancando garantias que não operariam, como fizeram no passado recente, os ajustes entregando os direitos dos trabalhadores como garantia da governabilidade. Parece-me pouco razoável que o centro seja pressionado por demandas populares, a não ser por hipocrisia eleitoral, uma vez que precisa muito mais do apoio de segmentos da direita do que de suas bases sociais para garantir sua volta ao governo e as condições de governabilidade. A experiência internacional, mais uma vez, comprova isto. O segundo governo Obama prepara o governo Trump, o Syriza volta ao governo para implantar os ajustes, os governos Lula preparam o governo Dilma. Não se trata de um gradualismo de reformas cada vez mais profundas, mas de cada vez menos reformas que desarma a esquerda e os trabalhadores e prepara o caminho para a direita.

Talvez seja a hora de aprendermos a lição.

Referências:

Fernandes, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Iasi, M. “Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora”.

In: *Financeirização, fundo público e política social*. Salvador, E. et all. São Paulo:

Cortez, 2012.

Lenin, V. I. *El Imperialismo, fase superior del capitalismo*. In: Obras Escogidas,

v. 5. Moscou: Editorial Progreso, 1976

Marx, Karl. *O Capital*, v. III. São Paulo: Boitempo, 2017.

Mészáros, I. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

Poulantzas, N. *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.